

**EDUCAÇÃO, SABER E PRODUÇÃO
EM MARX E ENGELS**

*Marineide de Oliveira Gomes**

NOGUEIRA, M. A. *Educação, Saber e Produção em Marx e Engels*. São Paulo: Editora Cortez, 1990.

Os direitos assegurados em recentes leis brasileiras para as crianças e adolescentes necessitam sair do papel e traduzirem-se em políticas e práticas sociais, que possam enfrentar com competência o verdadeiro descabro social que assistimos.

É no rumo do entendimento dessa situação que o livro de Maria Alice Nogueira comparece com uma contribuição importante, seja pela caracterização do contexto em que se apresentam as idéias educacionais de Marx e Engels nos séculos XVIII e XIX, situando uma história da infância operária inspiradora das idéias educacionais dos dois autores, seja pela definição de suas concepções educacionais com especial relevância para a tese central relativa ao princípio entre ensino e trabalho.

Na busca de resposta aos questionamentos das concepções de Marx e Engels sobre educação, Nogueira realiza um estudo exaustivo indo até as fontes produzidas utilizando para tanto o recurso da contextualização da época para o delineamento dos fragmentos existentes sobre o tema e o envolvimento dos autores com a política. A sua intenção é ir além da análise de outros autores que examinaram as teses de Marx e Engels sobre educação e ensino, numa tentativa de demonstrar a gênese histórico-lógica da tese central já citada.

Tal método de investigação pode ser básico para o aprofundamento do debate relacionado aos direitos assegurados às crianças e adolescentes brasileiros, a partir

da consideração do contexto em que tais leis foram gestadas.

O exame da obra pelo seu extremo rigor e coerência poderá nos servir de referencial para essa compreensão. Vamos a ele:

Na primeira parte há uma contextualização histórica conformando um quadro no qual foram geradas as idéias de Marx e Engels sobre a educação e o ensino, a partir do panorama da utilização capitalista da mão-de-obra infantil pela indústria mecanizada.

Os dois autores analisados apresentam como razões de difusão do emprego da criança a estratégia dos fabricantes para diminuir seus gastos relativos à força de trabalho e a mutação nas técnicas de fabricação. Num contexto de industrialização, recorrem-se sobretudo a crianças atendidas pela assistência paroquial e posteriormente com a preferência da máquina a vapor em relação à energia elétrica, as usinas instalaram-se cada vez mais nas cidades levando assim os pais de família a fornecerem a mercadoria força de trabalho infantil. Já se visualizava no século XIX a tentativa de regulamentação em leis do uso da mão-de-obra infantil em nome dos diretores da criança, leis essas que por se apresentarem de forma genérica e ambígua, mostram os limites da preocupação educacional por parte do Estado e possibilitam ao mesmo tempo o seu não cumprimento pelos industriais. Para os dois autores analisados, a legislação visa somente coibir os excessos do sistema de escravidão do trabalho infantil, tanto por parte dos patrões como dos pais.

As condições de trabalho das crianças citadas sobretudo por Engels, desenham um

* Mestranda em Educação na Universidade de São Paulo

quadro de total crueldade: crianças estressadas, privadas de repouso e de ar livre, marcadas física e intelectualmente por deficiências e enfermidades. Quanto à universalização da instrução na família, escola ou igreja, muitos obstáculos eram criados devido à utilização da mão-de-obra infantil o ano inteiro. Inúmeras iniciativas educacionais foram levadas a efeito na época (a escola do meio dia na França aproveitando o horário do almoço; o ensino mútuo na Inglaterra; escolas noturnas; escolas de domingo e outros) tendo como resultado a total inoperância.

A educação escolar tinha assim como premissa ser um agente de transmissão dos princípios morais que os pais das crianças não podiam lhes transmitir.

Esta condição social que o sistema fabril reservou à criança foi determinante na tese marxista da união da instrução com o trabalho produtivo.

Na segunda parte do livro, numa primeira seção Nogueira realiza um estudo da concepção dos dois autores sobre o tema, numa tentativa de examinar a fundo a tese da associação dos estudos à produção.

Entendem assim que a educação constituiria uma arma importante no combate entre patrões e empregados, uma vez que os conhecimentos técnicos necessários à produção no seu todo permitiria aos trabalhadores o controle desse processo. Nesse aspecto Nogueira faz um reexame das obras de Marx no que diz respeito à base técnica e à organização do trabalho nas formas históricas de cooperação, manufatura e grande indústria concluindo que o processo de separação das atividades de concepção das de execução, já estava presente nas formas mais elementares de cooperação simples e de manufatura.

Focaliza que as origens da noção de união dos estudos com o trabalho se formou tanto a partir da tradição herdada pelo socialismo utópico quanto das condições de

vida e trabalho presentes na grande indústria.

Colocava-se para os nossos dois autores a questão de como tornar a instrução acessível à classe operária e que tipo de instrução seria conveniente aos trabalhadores. Reconhecem a insuficiência e inadequação do ensino oferecido pela burguesia, concebendo-o como capaz de oferecer os elementos que permitia a quem produz um controle real sobre as suas condições efetivas de trabalho. Apontam para um ensino na sociedade futura, presente no "Princípio do Comunismo" que preconiza a preparação do novo homem e que, ao contrário do operário especializado do capitalismo desenvolva uma visão de conjunto do processo produtivo e suas múltiplas faculdades.

Através de argumentos pedagógicos e gerais, Marx e Engels tentam provar entre outros aspectos que: efeitos surpreendentes podem ser obtidos se fizermos a criança dividir o seu tempo entre os estudos e o trabalho; que haveria elevação da produção e produtividade materiais resultando num aumento do tempo livre para todos e finalmente, que seria o método que contribuiria para a supressão da divisão do trabalho, favorecendo a realização do homem completo.

Dos dois autores estudados Marx apresenta uma preocupação maior na regulamentação das condições de trabalho do menor, com condição básica de proteção da sua saúde, chegando a conceber em seus textos a criança como trabalhador produtivo e a ocupação das crianças e jovens das classes trabalhadoras divididas em três categorias: de 9 a 12 anos (para qualquer tipo de trabalho na fábrica ou a domicílio em duas horas diárias); de 13 a 15 anos (por 4 horas diárias); de 16 e de 17 anos (por 6 horas diárias).

O emprego de crianças e adolescentes para o trabalho deveria combinar o trabalho

produtivo com a educação mental, corporal (exercícios ginásticos e militares) e tecnológica (politecnicia).

Nessa parte do texto Nogueira salienta algumas divergências que os dois autores entre si atribuem às finalidades do sistema educativo pretendido, reforçando sempre as idéias de que ao longo de suas obras é constante a defesa de um ensino público, considerando o ensino privado um empreendimento classista. A contribuição original de Marx é no plano do ensino da tecnologia/politecnicia que possibilitaria aos produtores conquistarem um poder sobre a organização do trabalho para transformá-la e romper com os efeitos da divisão capitalista do trabalho.

Na segunda seção nossa autora configura a retomada pelos autores pesquisados dos ideais oriundos das revoluções burguesas presentes no clima intelectual da época, tais como o direito de todos à instrução, o dever do Estado com a gratuidade do ensino, a obrigação dos pais de a ele submeter os seus filhos, a igualdade dos dois sexos perante a escola e o caráter laico da instituição escolar.

Para esse resgate utiliza-se predominantemente dos documentos preparatórios ao Congresso de Basiléia realizado no século XIX.

Enfatiza-se nesses Congressos preparatórios sobretudo a "instrução integral" articulada em torno do desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades do indivíduo; conteúdo racional dos estudos; no problema da gestão e do controle do ensino com especial ênfase neste último aspecto.

Quanto a laicidade do ensino, Marx e Engels fazem coro às forças progressistas que tentam separar o estado da Igreja.

Para Nogueira estas questões são secundárias em relação à tese política da associação dos estudos teóricos com o trabalho produtivo, justificadas pelas

necessidades da nova ordem social que emergia à época.

O método de investigação utilizado por Nogueira para delinear e trazer à tona os fatores que contribuíram para a tese definida por Marx e Engels pode representar um sinalizador na questão da efetivação de leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal de 1988, leis que indiscutivelmente trouxeram a sedimentação de uma nova concepção de infância, uma infância de direitos.

Em qual contexto surgem tais leis?

Quais efeitos contraditórios ou não elas apresentam na sua operacionalização?

Elas representariam um avanço do sistema capitalista ou da democracia social e política?

Uma análise possível é a de que na forma dinâmica em que convivem as forças sociais no Brasil, leis avançadas que chegam a alcançar um processo de transformação social, tanto representam o fruto de mobilização de segmentos da população que se utilizando da legalidade forçam a lei a antecipar a história, assim como um expediente do sistema capitalista que garante avanços sociais no espaço da legislação e descuida de aspectos fundamentais em sua efetivação. A conseqüência é um país legal e um país real que convive e choca-se cotidianamente.

No caso específico do Estatuto da Criança e do Adolescente é imperativo entender o contexto que resultou na aprovação da lei federal 8069/90: a luta incansável de entidades e movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos das crianças das classes menos favorecidas, que passam a exigir a legitimação de direitos sociais iguais a todas as crianças e adolescentes. No âmbito jurídico, o antigo Código de Menores cede lugar a um Estatuto próprio da infância brasileira que no bojo de um processo político-social de democratização prevê a responsabilidade do

Governo e da Sociedade civil no enfrentamento das questões relacionadas à infância e à adolescência.

Compreender e analisar os interesses em jogo na operacionalização ou na difusa operacionalização do Estatuto da Criança como a dificuldade de implantação dos Conselhos de Direitos e Tutelares, o (des)compromisso dos poderes constituídos, parece ser fundamental para o entendimento do quadro social da infância presente nesse final de milênio.

A leitura do texto de Nogueira traz para nós a contemporaneidade dos aspectos da infância por ela analisados em Marx e Engels e nos incita a querer entender melhor esse estado de coisas.

O ESPETÁCULO DAS RAÇAS: CIENTISTAS, INSTITUIÇÕES E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL 1870 - 1930

Graziela Serroni Perosa

MORITZ SCHWARCZ, L. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questões Racial no Brasil 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Estudo de uma antropóloga, o livro traz uma contribuição aos educadores. Trata-se de uma análise sobre as idéias produzidas pelos intelectuais durante o período de 1870 a 1930 visando explicar a "nação" brasileira. O percurso percorrido pela autora nos dá a exata dimensão de como "*é complexa a vida das idéias*". O trabalho destaca-se por fugir de explicação fácil de que as idéias dos intelectuais brasileiros devem ser entendidas como mera cópia da produção teórica internacional. Ao contrário, há autenticidade e originalidade na apropriação de modelos teóricos.

Dividido em seis capítulos e mais a

introdução e um tópico conclusivo, o livro traça uma espécie de cartografia do debate intelectual de seu período. Tal debate tinha como missão explicar a sociedade brasileira, as diferenças sociais precisavam ser devidamente justificadas em uma sociedade que, a partir da virada do século, se pretendia igualitária. Encontramos descritas as idéias pilares do pensamento nacional, destacando-se a questão racial que se tornará um argumento central no entendimento das diferenças sociais, agora demandando explicação.

Na introdução, já aparece um paradoxo deste debate intelectual. A compreensão sobre a nação brasileira fundava-se em dois modelos distintos: em primeiro lugar, o liberalismo figurava como esperança de progresso. Em segundo lugar, o racismo como explicação de desigualdades sociais. O primeiro aposta no indivíduo e o segundo aprisiona este ao grupo social, aqui entendido como raça. Para tecer o argumento baseado na idéia de raça, os intelectuais brasileiros não apenas importaram teorias raciais em voga na Europa, como também recriaram e combinaram de maneira inusitada tais idéias.

Em "*homens da ciência*", capítulo 1, temos uma caracterização da elite intelectual do período, e ainda, as semelhanças e diferenças observadas em alguns dos principais centros científicos do país. Um mesmo objetivo parece atravessar diferenças observadas em cada um deles: estes homens tomavam para si missão de criar uma memória para o país. Além disso, de norte a sul, o evolucionismo, determinismo e darwinismo social constituíram a base para a explicação de diferenças sociais. Também compartilhavam a fé na ciência e no progresso. Tais premissas teóricas orientaram a compreensão de uma nação que se pretendia moderna e civilizada. O resultado foi uma leitura pessimista: a